

ALFABETIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE PRONTIDÃO E INÍCIO DO PERÍODO ESCOLAR

JAQUELINE COSTA RODRIGUES¹; PATRÍCIA CAVA²

¹Universidade Federal de Pelotas – jc_rodrigues@ymail.com

²Universidade Federal de Pelotas – pcava@via-rs.net

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho procura discutir o termo prontidão para alfabetização, levando em consideração alguns aspectos do que já se produziu e do que se produz na área da alfabetização. Além disso, reflete sobre as possíveis articulações entre o conceito do termo e a experiência da autora em seu recente estágio em docência compartilhada¹.

Um dos nomes de influência no Brasil sobre o tema foi Lourenço Filho, que, na década de 30 do século XX, publicou o livro *TESTES ABC: Para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita* (FILHO, 2008). Embora não use o termo em questão, a proposta que está por trás do seu texto é uma compreensão do que seria uma criança “pronta” para a alfabetização.

Atualmente, o termo é, em geral, alvo de críticas e de discussões. Com o advento da Psicogênese da Língua escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1984), ficou evidente que as crianças são ativas no processo da aquisição da linguagem escrita, desde o momento em que entram em contato com esse sistema. Sendo assim, testes de “verificação da maturidade” e afins não dariam conta da abrangência do processo de alfabetização. A partir disso, outros estudos surgiram (como os de REGO, 2002 e LEMLE, 2009) que, partindo de uma perspectiva construtivista, discutem a alfabetização e, embora não coadunem com o conceito de “prontidão para alfabetização”, consideram a importância de alguns saberes “prévios” a ela.

Ademais, documentos recentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não se utilizam do termo “prontidão para alfabetização”, mas abordam aspectos essenciais para o processo de alfabetização que, por vezes, podem ser vivenciados antes mesmo do momento em que a criança se encontra no ciclo básico do ensino fundamental, ou seja, na educação infantil.

2. METODOLOGIA

A temática deste trabalho foi sucitada por uma experiência de estágio em docência compartilhada, realizada recentemente, conforme já mencionado. Em dupla, a estagiária lecionou em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental composta por dezesseis crianças na maior parte do trimestre². Dessas, apenas três, ao que se sabe, já havia transitado por escola anteriormente, na educação infantil.

Para discussão a que este trabalho se dispõe fora feita uma análise sobre textos que abordam a temática da prontidão ou saberes necessários à alfabetização (como FILHO, 2008, FERREIRO, 2001, REGO, 2002, LEMLE, 2009, MORAIS, 2012). Além disso, fora consultado um recente documento que aborda a alfabetização – a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – a fim de compreender

¹ Esse estágio foi realizado no primeiro trimestre letivo do ano de 2016, em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental, de uma escola estadual localizada na cidade de Pelotas/RS.

² Algumas crianças se matricularam e outras saíram da escola no período do estágio.

as possíveis relações entre o que já se entendeu sobre o tema e o que se entende, na atualidade.

Por fim, foram verificadas as atividades realizadas no período de estágio, a partir dos registros realizados sobre as aulas, a fim de analisar as possíveis relações entre elas e o conceito de prontidão para a alfabetização.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Talvez o entendimento sobre o que seja “prontidão para alfabetização” tenha sido mais abordado a partir de leituras de Lourenço Filho (2008). Este se mostrou insatisfeito com os critérios que eram utilizados na educação para verificar quais crianças poderiam começar a aprendizagem da leitura e da escrita. Inicialmente o critério era a faixa etária, considerando-se maduros aqueles que tivessem sete anos e depois o critério passou a ser idade mental, medida a partir do quociente intelectual (QI), considerando-se maduros aqueles que tivessem determinado QI. Filho ponderou que o que de fato seria necessário era uma maturidade geral das crianças. Uma maturidade que estaria ligada não apenas ao nível biológico ou de inteligência, mas a diversas áreas da vida da criança, também relacionadas ao seu comportamento.

Com o intuito de medir essa “maturidade geral” de cada criança, o autor criou testes, conhecidos internacionalmente, sob o título “ABC”. Eles se organizam a partir de um conjunto de oito testes que envolvem, de modo geral, atividades de cópia, memória, traçado e motricidade, não havendo qualquer atividade de escrita e/ou leitura. Eles deveriam servir, conforme o autor, para classificar as crianças “[...] pela capacidade real de aprendizagem na leitura e escrita, permitindo, desde logo, de um lado a organização de classes seletivas, e de outro, o estudo de casos individuais” (FILHO, 2008, p. 50).

Estes testes e o conceito de “prontidão” caíram em desuso, embora ainda apareçam em abordagens que qualificam as habilidades de memória e de motricidade como motrizes fundamentais da alfabetização, em algumas escolas privadas brasileiras (MORAIS, 2012). No entanto, parece haver consenso entre diferentes autores, além de Filho, (por ex. Lemle, 2009; Rego, 2002 e Ferreira, 2001) sobre a pertinência de alguns fatores “condicionantes”, de certa forma, para a aprendizagem da leitura e da escrita. Segundo Lemle (2009) há cinco saberes fundamentais para tais aprendizados: compreensão de que as letras são símbolos; discriminação das formas das letras; conscientização da percepção auditiva; captação do conceito de palavra e compreensão da organização espacial da página. Já Rego (2002) aponta a importância de um desenvolvimento cognitivo, no qual a criança tenha superado o realismo nominal³, para que então possa ser alfabetizada. Ferreira (2001), referência de ambas as autoras mencionadas, destaca o papel do desenvolvimento cognitivo para que a criança aprenda a ler e a escrever, considerando que todas as crianças criam hipóteses sobre o funcionamento da escrita mesmo antes de entrarem na escola.

Quanto ao documento lançado pela BNCC, neste ano de 2016, em momento algum se nota o uso do termo “prontidão para alfabetização” - o que é de se esperar, haja vista o fato de este ter sido superado, grosso modo. No entanto, apresenta

³ Realismo nominal: Estágio do desenvolvimento no qual “[...] a criança não consegue conceber a palavra e o objeto a que esta se refere como duas realidades distintas.” (REGO, 2002, p. 34). Então, para grafar uma palavra que tenha relação com um objeto grande (ex. avião) a criança usará mais letras do que para grafar algo pequeno (ex. formiga).

contribuições importantes para que se pense a escrita e a leitura desde a educação infantil, preparando, de certa forma, as crianças para o ingresso no ciclo de alfabetização – ou melhor, possibilitando que as crianças tenham iguais acessos à cultura escrita, independente de fatores sociais e econômicos, antes mesmo de entrarem no ensino fundamental, etapa na qual deve ocorrer o processo de alfabetização propriamente dito. Essa consideração leva a crer que o documento espera que uma criança que frequente a educação infantil seja mais facilmente inserida no processo de alfabetização do que outra que não a tenha frequentado.

No que tange à experiência de estágio em docência, vale ressaltar que no início do ano letivo fora diagnosticado⁴ que a hipótese de todas as crianças sobre a escrita encontrava-se no nível pré-silábico. Em função dessa evidência, foram realizadas algumas atividades, a fim de auxiliá-las no seu desenvolvimento da escrita, tais como: contorno das letras trabalhadas com diferentes materiais (papel picado, folhas picadas, casca de ovo etc.) e diferentes técnicas artísticas (colagem, pontilhado etc.); recorte de palavras em jornais e revistas, identificando as letras trabalhadas em sala de aula; cópia de palavras significativas; leitura literária (na qual as professoras liam para as crianças), entre outras.

Saberes aparentemente insignificantes, como em qual linha escrever em um caderno; ou por onde começar a escrita; com qual direcionalidade e em que local, precisaram ser aprendidos por quase todas as crianças da turma em questão. Investiu-se tempo nessas questões e ainda assim, ao término do trimestre, havia crianças que “pulavam” muitas folhas de seus cadernos até darem início a qualquer escrita, talvez pela baixa frequência de alguns às aulas. Ressalta-se essa informação para evidenciar o quanto o processo de alfabetização é abrangente e envolve diversas habilidades para além daquelas diretamente relacionadas com as letras.

O trabalho de alfabetização realizado nesta turma envolveu diversos aspectos linguísticos, motores e também comportamentais. Além do ensino “das letras” e de conhecimentos fundamentados na linguística, as crianças aprenderam a respeitar os turnos de fala, a usar o caderno, a segurar o lápis de escrever, a saber quais materiais escolares usar em cada momento da aula, entre outros conhecimentos que, à primeira vista, poderiam ser considerados de prontidão *para* a alfabetização e não *de* alfabetização, propriamente dita. No entanto, essas aprendizagens foram intencionalmente pensadas e planejadas como constituintes de algo que é abrangente, profundo e processual: a alfabetização, e não como condicionantes a ela.

4. CONCLUSÕES

Este texto buscou mostrar um levantamento acerca do que se entende por prontidão para a alfabetização e discussões sobre a inoperância do uso do termo, na contemporaneidade. Isso porque o que os testes de verificação da maturidade das crianças observavam eram habilidades de cópia, memória, traçado e motricidade e embora todos esses aspectos estejam envolvidos no processo da alfabetização, o que de fato importa é a cognição das crianças e o modo pelo qual elas pensam a linguagem escrita.

⁴ O diagnóstico se deu a partir de um teste inspirado nas ideias de Ferreiro e Teberosky (1984), no qual seis palavras e uma frase, do mesmo campo semântico, foram ditadas para as crianças e elas deveriam escrevê-las, sem a interferência das professoras.

A educação infantil foi entendida aqui como uma etapa não propedêutica, mas como constituinte do processo de alfabetização, se for considerado que a criança reflete sobre a língua muito antes de entrar na escola regular. Sendo assim, a educação poderá, em consonância com a BNCC (2016), auxiliar no processo de alfabetização das crianças e evitar que estas cheguem ao 1º ano do ensino fundamental sem ao menos conhecerem as letras.

Ademais, a experiência de estágio revela o quanto o processo de alfabetização é multifacetado e exige do professor diversos conhecimentos e singular percepção dos saberes que as crianças possuem internalizados.

Por fim, vale evidenciar que a prática pedagógica não é neutra, o que implica em afirmar a coexistência de diferentes interesses que privilegiam ou desfavoreçam o uso da linguagem na educação. O que interessa, no entanto, é que o professor, tendo clareza sobre suas concepções epistemológicas, não prive as crianças da ampliação do seu contato com a cultura escrita.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2016.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERREIRO, Emília. & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, [1984], 1999.
- FILHO, Manoel Bergström Lourenço. **Testes ABC**: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. Brasília: INEP, 2008.
- LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2009.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- REGO, Lúcia Lins Browne. **O desenvolvimento cognitivo e prontidão para a alfabetização**. In: CARRAHER, Terezinha Nunes (org). *Aprender pensando: Contribuições da Psicologia Cognitiva para a Educação*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.